

**Júlio Leopoldo Silva Prina**

**Mestrando em Serviço Social**

***O Serviço Social como um Serviço***

*Introdução*

A discussão do papel e natureza do serviço social é um debate constante tanto no meio acadêmico quanto nos setores interventivos da profissão. Seu surgimento e formas de atuação foram questionados durante toda a sua história sob diversos aspectos. Entre outros, se destacam: a instrumentalidade, os objetivos da profissão, seu objeto de trabalho, posicionamento como trabalho produtivo ou improdutivo, a questão de sua constituição como uma especialização do trabalho coletivo, relação com/e processo de trabalho, ou se mesmo a categoria trabalho (em sua forma ontológica) pode ser aplicada ao serviço social. Autores como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Sérgio Lessa, Yolanda Guerra e Vicente Faleiros são exemplares nestas discussões, as quais se juntam muitos outros teóricos do serviços social.

A vertente Marxista de análise é preponderantemente, se não quase em absoluto, a mais utilizada na análise profissional, dada suas categorias de leitura da realidade que enfocam o trabalho e o modo de produção capitalista, berço da profissão. O desenvolvimento do capital e suas formas de atuação formam o cerne dos estudos de Karl Marx, cuja principal obra neste aspecto, *O Capital*, é parte integrante da escola de pensamento e das categorias sobre o qual se debate acerca do serviço social. A categoria trabalho como utilizada em Marx e as relações sociais estabelecidas a partir dela, são o fundamento para a compreensão da realidade onde se inserem os assistentes sociais e seu vínculo com os processos de produção.

A questão do posicionamento do serviço social enquanto trabalho ou prática é uma discussão atual que surge pouco após os debates acerca da natureza como trabalho produtivo ou improdutivo realizado pela profissão (Costa, 2000; Iamamoto, 1998; Lessa, 2000). Apesar de fazer referências a estas questões, este trabalho procura abordar o posicionamento do serviço social por outro ponto de vista, o da profissão como um *serviço*, contendo as características e problemáticas particulares ao setor e que permeiam a intervenção profissional.

Não nos compete fazer aqui uma revisão de toda a enorme obra marxiana e suas complexas categorias. Entretanto para uma análise coerente da questão é necessário um breve esclarecimento quanto as categorias principais de Marx que servirão ao nosso estudo da emergência do setor de serviços e sua articulação na dinâmica capitalista. O

trabalho como fundador das relações sociais, a criação de valor e a apropriação da mais-valia são rapidamente esboçadas para podermos passar ao primeiro ponto principal: a divisão social do trabalho e a dissociação entre conhecimento e fazer, e o resultante surgimento de novas profissões e tipos de trabalhadores, especificamente formas de controle da massa trabalhadora pelos detentores não só dos meios de produção como do conhecimento do processo.

O serviço social como fazer humano que trabalha com a realidade material e histórica apresenta uma possibilidade de leitura dupla de seus fazer, alicerçada sobre o desenvolvimento histórico da profissão: serviço social como prática e serviço social como especialização de um trabalho coletivo (Iamamoto, 1992). Essas duas categorias fazem parte das discussões apresentadas acima e representam a vertente com um maior número de análises correntes. Vamos expor um pequeno histórico da profissão no Brasil, com estas categorias em mente, antes de prosseguirmos para o tema em si: o serviço social como um serviço, o que representa uma outra forma de se abordar a leitura da profissão.

No histórico do serviço social a problemática do trabalho na elaboração de significado para os seres humanos existe desde de sua criação como profissão nos anos 30. Com características eminentemente filantrópicas, acompanhadas de um discurso religioso, moralista, o serviço social em seus primórdios era caracterizado por uma valorização da prática imediata, das possibilidades de descoberta de novos e mais eficazes métodos de se distribuir a caridade e garantir o bem estar e assistência ao próximo. Como ferramenta governamental, a posição de pretensa neutralidade política do serviço social de fato contribuía para uma manutenção do status quo. A profissão não se abre para uma vivência exterior, procurando se constituir como uma profissão autônoma e auto-suficiente, capaz de responder a todas as suas demandas e necessidades teórico/práticas. A questão social era vista como um problema religioso ou moral, de forma que não fazia parte da ótica governamental (Iamamoto, 1992).

O discurso humanista da década de 60 questiona a religiosidade e a moral utilizadas pelas estruturas governantes do período da ditadura, para alicerçar as ações de caráter assistencial. É dado início aos primeiros movimentos no sentido de uma releitura da posição das práticas dos assistentes sociais. O pensamento 'humanista' defende a importância do ser humano e da manutenção das relações enquanto seres humanos em diferentes condições. É necessário se humanizar as políticas de assistência e formas de atendimento. Isto exige uma organização por parte da categoria para poder elaborar novas formas de intervenção, mas o caráter técnico e prático destas ações ainda possui um forte alicerce (Iamamoto, 1992, 1998).

O questionamento da moral religiosa como guia política e de sua capacidade de leitura e aplicação a realidade resultam num movimento de politização na intelectualidade que formava o serviço social. Os assistentes sociais

observam em sua profissão um espaço de transformação quase épico da realidade, um "messianismo profissional", ou seja, uma crença de que o serviço social havia surgido para solucionar todos os reflexos da questão social. Havia ainda a procura da representação da profissão como parte das ciências e seu posicionamento em frente aos discursos teóricos/metodológicos (Iamamoto, 1998; Netto 1996).

As leituras de Marx e seu questionamento a lógica burguesa abrem espaço para discussões de cunho revolucionário e que procuram uma transformação incisiva da sociedade vigente o que ainda reforça esta condição messiânica da profissão. Esta, porém, se encontra agora sob um novo debate: a desqualificação da herança católica cria uma cisão e enfrentamentos que resultam nas discussões do período de reconceituação, que sofre, todavia, uma pausa em seu trajeto pela introdução da ditadura militar. Há um retorno as tradições conservadoras de cunho religioso/assistencial. Para o governo militar era conveniente o serviço social como prática, que o auxiliava em sua legitimação, pois, não existindo uma intencionalidade além do instrumental aplicado, da técnica, não se questionava o caráter político das intervenções profissionais. (Iamamoto, 1992; Netto, 1996).

Entretanto com o fim do governo militar, o processo de reconceituação pode continuar e em 1979 a perspectiva da crítica-dialética ganha força o suficiente para ser considerada uma reforma nos currículos escolares que formariam os futuros assistentes sociais das décadas posteriores. Em 1982, com sua aprovação, a árdua tarefa de disseminá-lo é iniciada. É um período de transição para um governo democrático, que se reflete também na profissão, que busca pelas bases teóricas e filosóficas que lhe faltavam (Netto, 1996).

Um evento desta abrangência encontrou muitas dificuldades e retrocessos, apesar de em última instância continuar representando um amadurecimento na profissão. Muitos cursos universitários das décadas de 70 e 80, no empenho que se tornou mais severo em qualificar a capacidade científica e de produção de conhecimento dentro do serviço social, adotam a muitos das linhas teóricas e perspectivas contemporâneas a época. Entretanto, em muitas unidades de ensino, os embates internos entre as diferentes tendências conservadoras vs. politizadas/Marxistas resultam em currículos 'adaptados' que possuem o material defendido nas convenções de 1979, mas não o espírito ou a discussão madura de seus conteúdos. Linhas teóricas de explicação e análise da realidade material, o Positivismo, a Fenomenologia e a Dialética, são encaixados modularmente como estruturas para aplicação interventiva, ou seja, indivíduos, grupos e o coletivo. Isto representa o resquício/resistência da herança tecnicista profissional do período anterior (Netto, 1996).

Nos anos 90 há um adensamento das reflexões marxistas em geral. As novas diretrizes curriculares são adotadas através do entendimento após o período de "força" expressado pela inserção das novas diretrizes. Pesquisas e congressos são realizados para avaliar o andamento e qualidade dos novos currículos, realizando ajustes e capacitando profissionais. Este é um processo que ainda se encontra em andamento e caracteriza a profissão do serviço social como uma que necessita de mudanças e adaptações em uma velocidade talvez tão rápida quanto as de seu suposto objeto: as expressões da Questão Social (Faleiros, 2000; Yamamoto, 1998).

Agora apresenta-se outro ponto derivado desta discussão histórica. Através da história do capitalismo apresentamos a divisão social do trabalho como uma das maneiras que o capitalismo encontra de continuar a apropriar-se do valor e capacidades da força de trabalho e de se adaptar para desta maneira sobreviver a suas contínuas crises. Estas adaptações se refletem nas metamorfoses da Questão Social. Nossa análise abordará estas questões com um pouco mais de detalhamento e apresentaremos posteriormente como ocorre a incorporação dos espaços da vida cotidiana ao mundo mercantilizado do capitalismo e sua transformação em valores de troca, passíveis de absorção.

As necessidades de cuidados para com a população fragmentadas em diversos setores produtivos e com foco no mercado cria outros serviços, dos quais o serviço social, como parte deste setor, surge em resposta as demandas de expansão do capitalismo em aliança com a problemática de controle da força de trabalho. Este debate se ainda pontua a questão da qualificação profissional e reflete outros espaços sociais, como a questão de gênero e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, que demonstram expressividade justamente no setor de serviços com resultantes reflexos na área dos serviços sociais. O surgimento da categoria como caracteristicamente feminina contém motivações que são comuns a todo o setor de serviços e não apenas ao serviço social.

A guisa de conclusão ressalta-se a importância destas compreensões para a atuação concreta dos assistentes sociais. O entendimento da realidade material onde o capitalismo e suas corporações, assim como o Estado, representam o espaço de atuação dos assistentes sociais é um requisito para uma intervenção capaz, que não dê respostas inócuas as questões colocadas no fazer e sim trabalhem para soluções de longo prazo e relevância na transformação social.

#### *Capitalismo e a Divisão Social do Trabalho: Marx*

Para Marx, o trabalho humano é único e diferenciado das ações animais em seu trato com a natureza. Quando o homem transforma a natureza em busca de novas utilidades, ele o faz de forma consciente e com uma idéia anteriormente elaborada em mente. Existe um propósito anterior a ação. Sobre este propósito e dentro dos limites

impostos pelas condições materiais prévias, o homem é capaz de realizar o processo de trabalho, pois “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que o arquiteto ergueu sua estrutura na imaginação antes de torná-la realidade” (Marx, 1952: 85).

É este ato criativo que faz com que o trabalho transcenda a mera atividade instintiva. Durante sua realização o homem é transformado pelo trabalho, uma vez que com o produto deste o homem aprende a realizar novas ações e assim como percebe novas necessidades e possibilidades. O novo produto é uma mudança nas condições materiais presentes e desta forma permite que surjam novas ações e propósitos que anteriormente não existiam ou mesmo possuíam a possibilidade de serem imaginados. É importante ressaltar que a elaboração da idéia, o propósito, pode ser realizado por outro indivíduo que não aquele que o pensou. Isto também é inerentemente humano e implica em uma possibilidade de dissociação entre concepção e execução do processo de trabalho realizado (Braverman, 1974), esta questão será aprofundada mais adiante.

A *força de trabalho* é uma propriedade humana e ela não deve ser confundida com as outras forças produtivas ou *fatores de produção*, os meios utilizados pela humanidade para a realização de seu trabalho. Braverman (1974) explica estas questões em Marx como a base da relação capitalista de produção: a força de trabalho é vendida para um empregador que possui os meios de produção. Isto implica em três fatores anteriores: a separação da força de trabalho dos meios de produção, a liberdade dos trabalhadores para vender sua força de trabalho e o por último o desejo do empregador de utilizar este trabalho para gerar uma expansão do seu valor que possa ser apropriada por ele; o capital. “O processo de trabalho começa, portanto, como um contrato ou acordo que estabelece as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador” (Braverman, 1974: 55).

O surgimento do capitalismo se deu como um processo histórico onde os trabalhadores foram expropriados dos meios de produção e se encontram em um momento onde tudo que possuem para negociar é sua força de trabalho. É importante ressaltar duas outras categorias de Marx neste momento: *valor de uso e valor de troca*. Qualquer objeto útil a alguém é e possui um valor de uso, já que “a utilidade de uma coisa é que a torna um valor de uso” (Marx, 1952: 13). Estes mesmo podem possuir também um valor de troca, pois os seres humanos por vezes necessitam trocar os diferentes produtos entre si e desta maneira lhe atribuem um valor comparativo. Este valor, contudo, não é fruto de abstrações e caprichos e sim da complexa relação entre o trabalho socialmente necessário para obtenção dos produtos envolvidos nas trocas, de sua quantidade e demanda (Marx, 1952).

Ao longo da história os diferentes produtos eram então elaborados por diferentes indivíduos e isto representa a

base da divisão do trabalho. Os processos de trabalho para a criação dos produtos eram responsabilidade de cada indivíduo dentro da comunidade e muitas habilidades eram realizadas por todos para a manutenção da vida, ou seja, para a reprodução social do trabalho. O trabalho como fundador das relações é apropriado pelo capitalismo que dá a ele um valor de troca, todavia, esta troca implica no capitalista comprando um valor com potencial infinito para o trabalho que será concretizado pelos meios de produção que ele possuir. Braverman aponta que organizar este processo de trabalho em sua concretização passa a ser a tarefa do capitalista e neste momento encontramos o rudimento da divisão social do trabalho, pois a concepção da empresa como um todo está sob o controle do capitalista. Todavia a realização em si do trabalho ainda é parte do conhecimento do trabalhador.

Outro conceito básico em Marx se refere a forma como se dá a acumulação do capital, através da apropriação da *mais-valia*. A mais-valia aparece como *valor excedente* gerado pelo trabalhador ao longo da jornada de trabalho, este valor é relativo ao tempo trabalhado e se refere ao momento em que o trabalhador tem seu valor de uso enquanto força de trabalho utilizado por mais tempo do que o necessário para a sua reprodução social (Marx, 1952). As formas de apropriação da mais-valia originalmente se limitavam apenas a extensão da jornada de trabalho, ao que se chama de *mais-valia absoluta*. Com o advento das máquinas e da divisão social do trabalho torna-se possível produzir muito mais em menos tempo, este valor excedente apropriado pelo capitalista se refere a *mais-valia relativa* (Marx, 1952). Ambas estas formas de exploração da força de trabalho serão muito importantes para nossas próximas análises.

Inicialmente a produção manufatureira foi apropriada pelo capitalismo e surgem os primeiros indícios da divisão social do trabalho. Os trabalhadores são aglomerados em cooperativas e as vantagens da utilização em massa da força de trabalho são visíveis. Gastos para a construção de pequenas oficinas são substituídos por grandes salões onde todos trabalham, e o próprio trabalho coletivo revela que a associação entre os homens os torna mais produtivos, produção esta que é imediatamente apropriada pelo capital.

Em sua contínua necessidade de expansão os capitalistas passam então a analisar o processo de trabalho realizado em suas oficinas, com vistas a formas de torná-lo mais eficiente. A centralização do trabalho em um único local é essencial para a possibilidade do controle do processo de trabalho por parte do capitalista. Neste momento surgem também os primeiros supervisores e outros trabalhadores responsáveis pela manutenção da ordem na produção, todavia estas formas de organização são muito incipientes próximos ao período industrial que se seguiria.

Estas primeiras formas de controlar o trabalhador utilizavam uma rigidez e disciplina enérgicas. Braverman ressalta que a violenta coerção ao trabalhador para garantir a organização e realização das tarefas era de tal modo

generalizada que “as compulsões legais e uma estrutura informal de castigo no seio das fábricas foram frequentemente ampliadas num completo sistema social que abrangia jurisdições inteiras” (Braverman, 1974: 67).

A divisão social do trabalho é então estabelecida com vigor. Marx coloca que a divisão do trabalho é natural ao ser humano em seu fazer e formas de associação, porém a divisão das fábricas e oficinas é uma forma peculiar ao capitalismo moderno (Marx, 1983). As tarefas necessárias á criação de um dado produto são distribuídas entre os diversos trabalhadores para que estes, especializados em um dado fazer, sejam mais rápidos e com isto aumentem a produtividade. Este processo é considerado perverso por Marx, pois tolhe o trabalhador da compreensão de todo o processo de trabalho e mecaniza suas ações.

A eficiência deste processo é ampliada pela reorganização da força de trabalho de maneira que não apenas a divisão das tarefas mas toda a organização do processo seja maximizada em seu potencial. Se um trabalhador pode martelar três placas de madeira em um minuto, enquanto a etapa seguinte é realizada por outro trabalhador em apenas meio minuto, então dois trabalhadores são colocados para martelar as placas, a fim de que o outro as receba na velocidade correspondente. Vale lembrar que *a forma* como este trabalhador martelava a placa ainda não é colocada em questão e sim a mera realização da ação.

Há uma crescente dissociação entre os processos mentais e os processos concretos na realização do trabalho, o conhecimento é fragmentado e simplificado. Ao trabalhador cabe saber apenas o necessário para o bom cumprimento de suas tarefas. Como expõe Braverman, em uma apologia a semelhante declaração de Marx, “Enquanto a divisão do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão do trabalho pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade” (Braverman, 1974: 72).

Isto é percebido pelos trabalhadores que se revoltam com serviços tediosos, o que não era o único problema, uma vez que com a desqualificação destes indivíduos em relação a suas habilidades ocorre uma queda em seu valor como força de trabalho. De forma que é mais vantajosa a subdivisão do processo de trabalho e seus trabalhadores para baratear o processo como um todo. Assim o capitalismo procura a aniquilação do saber em troca de formas específicas de ação que são criadas de acordo com as necessidades. As revoltas dos trabalhadores, contudo, só resultavam em demissões e a contratação de uma trabalhadores do campo ou alheios ao processo que quando inserido não tinham a consciência quanto a realização parcelada de suas ações (Braverman, 1974).

Os modos de produção advindos de Taylor durante o final do século XIX são expressivos da apropriação do conhecimento por parte do capitalismo (Braverman, 1974). Com a criação da gerência científica, o próprio fazer do trabalhador é colocado em questão e este passa a ser um a ferramenta a ser ajustada por “peritos” que analisam os movimentos necessários à realização da tarefa de modo a treinar os trabalhadores para a forma mais eficaz de agir. Isto implica em uma destituição total da capacidade criativa dos seres humanos e a colocação de não apenas o processo de trabalho, mas todo o conhecimento referente a sua produção nas mãos de uma nova categoria: os gerentes e administradores.

O controle das ações dos trabalhadores para que realizassem as ações de acordo com as especificações exige a presença destes empregados e dos estudiosos para avaliar as tarefas e desenvolver novos métodos. Estas ações representam o marco inicial da associação entre ciência e o capitalismo, entretanto no espaço administrativo e gerencial, mas as inovações mecânicas também ocorriam com força. Era a Revolução Industrial que para Marx “como qualquer outro aumento na produtividade do trabalho” utilizou as máquinas para tornar mais barato o custo de produção dos bens e “através da diminuição do dia de trabalho” aumentar o volume de produção que é destinado, sem equivalente no salário, ao capitalista (Marx, 1952: 180).

As máquinas substituem quantidades enormes de trabalhadores por poucos que as manipulam. Muitos passam a realizar tarefas mais simples como manutenção ou manipulação das peças. O trabalhador passa a ser considerado também como máquina, passível de regulação e ajustes. O *trabalho alienado*, ou seja, a perda de significado do trabalho com espaço de construção humana para apenas uma forma de sobrevivência (Marx, 1983) é evidenciado com clareza a partir da revolução industrial. Como já explicamos, o trabalho enquanto valor de uso pode ser materialmente apropriado pelo capital, desta forma, a possibilidade de emprego da energia humana é definida então por Marx como *trabalho abstrato*, e é esta abstração que possibilita o cálculo do valor entre as diferentes potências para a produção, que tornam assim o valor do trabalho humano, quando comparado ao de máquinas e animais, ainda mais desvalorizado (Marx, 1952).

O desenvolvimento das indústrias e a enorme produtividade e concorrência trouxeram uma problemática para o capitalismo, na forma da desvalorização do capital. Isto foi resolvido com o advento dos cartéis e associações, dando origem ao Capitalismo Monopolista. As grandes corporações, assim como o agrupamento de trabalhadores nas oficinas, permite que o agrupamento do capital garanta sua expansão com muito mais impacto. Todavia isto retira a esfera administrativa das mãos de capitalistas individuais, o que resulta na criação de setores administrativos para a circulação do capital, da força de trabalho e sua mercantilização. A publicidade, as vendas, os mercados são todos parte dos

escritórios onde a informação acerca do capital é mantida (Braverman, 1974).

Com a necessidade de garantir o escoamento de sua produção e eterna expansão do capital, as atividades mercantis precisam atingir aspectos da vida humana que ainda não estavam sendo apropriados pelo capitalismo. A reprodução social ainda era garantida através da produção familiar de alimentos, roupas e muitos outros produtos de maneira que poucas mercadorias faziam parte das necessidades dos trabalhadores. A família era central na garantia dessas produções.

A crescente desvalorização do trabalhador após a revolução industrial, obriga muitas famílias a colocar todos seus membros para participar do processo produtivo em alguma escala. O capital trata então de fornecer os produtos produzidos familiarmente a preços muito mais baixos mudando o foco de consumo das famílias para o mercado. A família agora não é mais uma forma de organização social que pudesse responder a todas as necessidades e o mercado passa a cumprir esta função (Marx, 1952).

“A industrialização de alimentos e outros utensílios domésticos elementares é apenas o primeiro passo num processo que de fato leva à dependência de toda a vida social, e de fato a todas as inter-relações da humanidade para como o mercado” (Braverman, 1974: 235). O mercado transforma as relações humanas em mercadorias passíveis de consumo. A idéia de se produzir as próprias necessidades é desvalorizada socialmente em relação à capacidade de consumir os produtos oferecidos no mercado. Todas as esferas de ação humana são apropriadas, saúde, segurança e mesmo lazer. Quando alguma nova forma de atuação procura negar o capital ela é logo cooptada.

O enfraquecimento da família e das comunidades implicam em uma atuação mais forte por parte do Estado, instituição reguladora das relações sociais e de garantia do *status quo*. Indivíduos e situações problemas que não se adaptem a nova dinâmica capitalista são alocados nos novos serviços como prisões, manicômios ou em escolas. Estas instituições não perdem seu espaço dentro da lógica capitalista pois seu funcionamento e manutenção se transformam em mais um tipo de valor a ser apropriado pelo capital.

Estas ações representam os serviços como próxima apropriação por parte do capital. O trabalho doméstico, que não produzia valor algum é convertido em uma empresa de limpeza que possibilita a criação de mais-valia. Além disto novas necessidades e serviços são criados para responder a demandas da vida capitalista. Qualquer tipo de necessidade pode encontrar uma resposta fácil através do mercado o que representa o caráter totalmente mercantilizado do trabalho (Braverman, 1974). Existe em contrapartida um enfraquecimento do setor fabril neste período, e a metade do século XX

anuncia um aumento enorme do setor de serviços juntamente com os administrativos.

É interessante apontar para um recorte de gênero nesta questão: as mulheres são os principais trabalhadores dos novos setores de serviços e escriturários representando justamente uma absorção por parte do mercado desta mão-de-obra que não se encontrava alocada a serviço dele. Juntamente com os movimentos feministas em crescente expansão, estes novos espaços de trabalho são preenchidos em uma velocidade surpreendente. Isto acaba por imprimir nestas profissões uma característica como profissões femininas, algo que só recentemente vem sendo desconstruído como um resultado da ação das forças produtivas. O serviço social é um exemplo deste envolvimento em massa das mulheres no mundo do trabalho. Os serviços e trabalhos burocráticos (mais tarde) são caracterizados como profissões de baixa renda e pouco valorizadas, cuja natureza seria “temporária” e sem necessidade de qualificações, o que justificaria os baixos salários, além dos preconceitos contra sua força de trabalho principal, as mulheres.

A intervenção do Estado nas relações comerciais, cuja representação máxima foram os Estados de Bem-Estar Social, é um resultado da dinâmica do Capitalismo Monopolista que tende a gerar um enorme excedente econômico incapaz de ser absorvido. O processo de globalização e a internacionalização do capital também aceleram este processo na medida em que os agrupamentos possíveis criam uma necessidade de circulação do capital que é originalmente respondida em suas necessidades pelas guerras (Braverman, 1974). O crescimento e centralidade dos meios urbanos como nova face da sociedade ocorrem junto com processos de empobrecimento e crescimento da miséria e violência que são esperados junto ao desenvolvimento do capital (Marx, ).

Todas estas articulações colocam sobre o Estado uma grande responsabilidade para com o capital, de maneira que possa garantir sua continuidade e também a reprodução social. O setor de serviços estatais para sanar as dificuldades sociais apresenta um crescimento expressivo e é justamente aqui que aparece o serviço social. Vamos, porém, definir com mais propriedade o que entendemos por serviços. Marx (1983) define serviços como “o efeito útil de um valor de uso, seja ele mercadoria ou trabalho”. Desta forma o serviço não possui inicialmente nenhuma conexão com a criação de valor de troca ou mais-valia. O serviço constitui a utilização da força de trabalho para efeitos que não produzem transformações sobre a natureza, não produzem materiais novos a partir da natureza. Mas os serviços acabam por serem alocados à dinâmica capitalista. Uma vez que a venda da ação útil de um trabalho improdutivo não cria um objeto tangível, Braverman (1974) afirma que “os próprios efeitos dos serviços transformam-se nas mercadorias”.

Aqui cabe explicitar as definições de *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo*. Por trabalho produtivo Marx entende todo trabalho que pode criar uma mercadoria para o capitalista, enquanto o trabalho improdutivo não consegue

criar um valor excedente *em si*. Braverman (1974) explica que o trabalho improdutivo é uma das formas do capitalista apreender o valor excedente produzido. Isto se dá pela própria relação entre os capitais. Através dos serviços é que o valor excedente é utilizado para, por exemplo, o conforto do capitalista, como uma forma de devolver ao ciclo do capital o lucro obtido. Mas se o retorno deste lucro pode ser apropriado por *outro* capitalista, então temos um setor de serviços, um trabalho improdutivo de acordo com a definição, mas que está tornando possível a apropriação do lucro.

Por exemplo, uma empregada doméstica recebe seu pagamento. O ciclo do capital acaba neste ponto, o lucro obtido pelo capitalista que a contratou é devolvido a ela para garantir sua sobrevivência, e não dá ao capital como um todo nenhum retorno. Todavia se ela faz parte de uma empresa, talvez em troca de certas garantias trabalhistas, ou, por exigências da empresa, pode realizar um serviço sobre o qual a empresa absorva um excedente sobre o gasto que teve com a empregada, mesmo sem ela produzir nada material, seja porque limpou mais casas do que necessitaria para sua manutenção no dia, ou porque a empresa cobra do consumidor mais do que retornaria à empregada. Esta produtividade do trabalho improdutivo é um efeito que Braverman (1974) aponta como característico dos tempos contemporâneos; o trabalho improdutivo se confunde com o produtivo.

O aumento dos setores burocráticos e de serviços significa um aumento do trabalho improdutivo. Braverman observa nisto uma articulação onde todas as formas de trabalho passam a servir ao capital, “todos os processos de trabalho são considerados igualmente úteis – inclusive aqueles que produzem, concretizam ou desviam o excedente. As formas de trabalho produtivo e improdutivo são confundidas, nas firmas individuais e na Economia como uma todo, em igual nível”.

Enquanto Marx, em seu tempo, considerava que “ser um trabalhador produtivo é uma desgraça”, agora todo tipo de trabalho assalariado significa uma contribuição para a lógica do capital, uma vez que o trabalho improdutivo se revela mais interessante para a situação contemporânea por absorver o imenso valor excedente gerado e não alocado pelo capital. É importante ressaltar que a trabalho produtivo, atualmente, é considerado através do trabalhador enquanto sujeito coletivo. O trabalhador individual, devido a divisão social do trabalho, não mais possui valor como trabalho produtivo porque não gera sozinho nenhum produto. Os trabalhadores improdutivos, por sua vez, se tornam uma categoria tão expressiva quando os operários, sujeitos assim a todas as problemáticas e formas de controle e cooptação do trabalho produtivo (Braverman, 1974).

Assim o trabalho produtivo decresce devido a sua produtividade exacerbada que o torna desnecessários e resulta em um aumento do trabalho improdutivo para captar esses excedentes, mas enquanto massa de trabalhadores,

figuram indistintos para o capital (Braverman, 1974). Mandel (1995), no que define como capitalismo tardio, ressalta o crescimento dos serviços neste espaço como um reflexo da centralização do capital, que na necessidade econômica de circulação e devido a seu enorme volume, apreende as formas de escoamento e reabsorção do capital excedente. É interessante pontuar a observação de Costa (in Motta, 1998) que observa a conclusão semelhante na relação trabalho produtivo/improdutivo a que tanto Mandel quanto Braverman aportam.

A colocação de Almeida (1998) de que “a acumulação flexível, ao passo que possibilitou a combinação das diversas forças de produção, também criou as condições ideopolíticas para a contestação da categoria trabalho no exame das sociedades contemporâneas” revela seu entendimento quanto as conseqüências desta apropriação, por parte do capital, de todas as formas de trabalho, e sua possível alienação. Uma vez que todos os tipos de trabalho estejam a serviço do capital, o trabalho ontologicamente, enquanto criador da sociedade e de sentido para os seres humanos poderia deixar de sê-lo? Esta afirmação foi contestada por muitos autores contemporâneos e o trabalho, por sua própria natureza, não perde seu caráter fundador e central nas relações sociais, pois apenas através de mudanças em sua organização é que se pode procurar alternativas para o capitalismo. Não é possível ignorar as bases materiais como parte do processo de criação de consciência e logo de embate ao modo de produção capitalista (Marx, 1983). A partir deste embate é que introduzimos o papel do serviço social.

### *Serviço Social e Serviços*

Almeida (1998) em uma análise do serviço social, e utilizando a contribuição de Braverman, ressalta que as relações do setor de serviços no capitalismo são fundamentais para a compreensão do trabalho do serviço social historicamente e de sua posição concreta no capitalismo. Almeida expõe que uma vez que os serviços no capitalismo são um resultado direto de suas dinâmicas de apropriação do valor excedente, o processo de trabalho de assistentes sociais deve ser observado sobre esta luz, que coloca importantes questionamentos. Como a intervenção de assistentes sociais contribui nesta realocação do valor excedente? Como os assistentes sociais podem intervir para que esta realocação possua um caráter distributivo da riqueza socialmente produzida? Não seria esta última pergunta um forte laço com a problemática de seu oposto, a questão social e os reflexos das desigualdades e injustiças no sistema capitalista?

Ao observar o serviço social dentro da perspectiva do setor de serviços, sua intervenção e pluralidade de funções respondem assim a muitas das problemáticas do capitalismo contemporâneo de maneira que seus efeitos resultam em uma reapropriação por parte do capital de um valor excedente produzido socialmente. Este valor será

apropriado pelos empregadores dos serviços sociais. Todavia, diferente dos outros serviços, o serviço social trabalha diretamente com os trabalhadores cujo valor excedente foi retirado e seu trabalho envolve a solução dos problemas decorrentes desta lógica, dando-lhe possibilidades que não são tão imediatas aos outros. Deve-se analisar então como isto se reflete nos espaços institucionais.

Costa acredita que o movimento que observamos reflete uma “incorporação crescente da lógica e da racionalidade da produção capitalista na prestação de serviços” (in Motta 1998:110). Ocorre uma articulação entre a garantia da reprodução social e as necessidades de acumulação do capital. Baseada em Mandel (1995), Costa expõe as conseqüências perceptíveis destas articulações, resultando na desestruturação das famílias como forma de organização, na apropriação do lazer e da cultura pelo capital e de uma generalizada “economização” da esfera privada e de várias formas de agir correntes.

As elaborações acima esclarecem o aumento da número de assistentes sociais em empresas ou como profissionais liberais atuando em serviços de consultoria, um reflexo do entendimento destas esferas do mercado quanto a importância deste profissional *para a manutenção da lógica capitalista e recuperação do valor excedente*. Isto ainda torna compreensível porque tradicionalmente as demandas pelos serviços sociais tenham sido impostas sobre a população e não advindo das mesmas, pois são uma resposta as necessidades do capital em resgatar seus investimentos em pontos específicos e não nos interesses das populações.

Por outro lado o Estado ainda constitui o maior empregador dos assistentes sociais, os posicionando nas mais diversas áreas, em respostas as demandas que deseja resolver ou lhe são postas pelos movimentos sociais. No Estado o serviço social encontra um espaço onde o valor excedente que restitui pode ser alocado por ele em prol da sociedade e não do capital. Assim, o trabalho de assistentes sociais constitui um espaço onde as necessidades dos trabalhadores devem ser negociadas com as necessidades do capital dentro da arena de políticas públicas.

O setor privado representa um novo espaço de atuação, e não pode ser ignorado em seu potencial. Uma vez que o assistente social ao realizar seu serviço contribui para a realocação do valor excedente, é possível que ele possa atuar de forma a procurar desenvolver maneiras onde este valor excedente encontre também um espaço que abranja o trabalhador. Mas estas afirmações levantam uma pergunta: nessas mediações seria possível uma aliança re-distributiva do valor excedente entre trabalhadores e capitalista? Acreditamos que a resposta é não, pois antes de tudo este valor foi criado sobre a exploração dos trabalhadores. Além disto sobre a lógica capitalista a própria existência do valor excedente já implica em um crescimento proporcional ao capital de um exército de reserva, com decorrente miséria e

desemprego.

### *Conclusão*

De maneira que, uma vez percebida esta posição especial que os assistentes sociais possuem, seu conhecimento acerca da realidade em que atuam é a única forma de garantirem uma intervenção que faça uso deste valor excedente que estará sendo resgatado em razão de compromissos éticos com uma sociedade mais justa. Isto não significa apenas serviços de qualidade que respondam a demandas imediatas ou colocadas unilateralmente, mas sim uma capacidade de procurar entender o usuário como um sujeito que reage também as expressões da questão social.

A consciência do trabalhador leva a expansão dos direitos e os direitos são a forma legal imediata de reapropriação sobre a exploração capitalista. Quando o serviço social adquire o entendimento da dimensão política onde se está atuando, as forças que estão em confronto, e, por fim, onde este valor excedente em embate se encontra, este pode ser distribuído ou realocado. Compreender a reflexividade dos sujeitos que são objetos da intervenção implica em entender que possuem a capacidade de observar as demandas impostas/colocadas e, através de uma nova consciência, voltarem para o sujeito e a partir dele darem um retorno ao assistente social durante sua intervenção, possibilitando uma atuação efetiva e que responda concretamente as demandas postas.

Outro problema imediato esta em até que ponto os serviços que não interessam são abandonados ou reorganizados pelo capital. Uma vez que a postura aqui proposta pode implicar em um tipo de serviço social que não responda as demandas do capital, utilizaria este de mecanismos para absorver estas novas formas de ação, talvez através de serviços burocráticos intermediários que anulassem o saber do serviços social colocando em seu lugar técnicos? Esta decisão depende da capacidade dos assistentes sociais em perceberem estas movimentações do capital e agirem de acordo, se organizando e lutando pelos seus direitos enquanto trabalhadores.

*Bibliografia*

- ALMEIDA, Ney L. T. de. *Considerações para o exame do processo de trabalho do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 24-47.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- COSTA, Gilmaísa Macedo. *Aproximação do Serviço Social como Complexo Ideológico*. **Temporalis 2**. Revista da ABEPSS, ano I, n.2, Brasília, 2000. p. 95-119
- IAMAMOTO, Marilda. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. Cap. II. São Paulo: Cortez, 1992.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Aonde levam as diretrizes curriculares*. **Temporalis 2**. Revista da ABEPSS, ano I, n.2, Brasília, 2000. p. 163-179
- HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, ano XXIII, n. 69, São Paulo: Cortez, 2002, p. 5-29
- LESSA, Sérgio. *A centralidade ontológica do trabalho em Lukács*. In **Serviço Social e Sociedade** n.52. UnB: Cortez, 1996. p. 7-23.
- LESSA, Sérgio. *Serviço Social e Trabalho: do que se trata?*. **Temporalis 2**. Revista da ABEPSS, ano I, n.2, Brasília, 2000. p. 35-58
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Capital*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, c1952. 434p.
- MOTA, Ana Elizabete (org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pos-64*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 334p.